

## A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA NO TRATO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

**SOUZA, Érica Vieira.**

CETEP-Professora

erica\_iga@yahoo.com.br

**CASTRO, Lilianne Borba**

UESB – Mestranda em Educação

lilianneborba@hotmail.com

**OLIVEIRA, Luzia Barbosa de.**

Bolsista UESB- Mestre

luh.barbosa@hotmail.com

### Resumo

As discussões acerca das relações étnico-raciais possibilitam uma reflexão sobre a existência de muitos casos de racismo, discriminação, preconceito e segregação, tendo em vista a criação de estereótipos que afastam e distanciam os seres humanos entre si. Nas escolas, que são espaços de ensino-aprendizagem, os casos e expressões de desrespeito e negação das diferenças são inúmeros, tornando-se uma problemática expressiva. Diante desse contexto encontra-se o professor de geografia e a sua prática pedagógica, portanto, este trabalho busca analisar como esse profissional tem se posicionado para o enfrentamento desse problema. Além disso, também abre discussões sobre as relações étnicas, bem como reflexões sobre as implicações da discriminação no ambiente escolar, visando um melhor direcionamento acerca de como reagir frente ao problema do ‘racismo na escola e na sociedade’. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de se obter um levantamento do processo histórico relacionado à discriminação racial na educação brasileira após a implantação da lei 10.639/2003.

**Palavras-Chaves:** Prática Pedagógica. Professor de Geografia. Relações Étnico-Raciais.

### INTRODUÇÃO

As relações étnico-raciais é um tema complexo da contemporaneidade, em cujo contexto o racismo pode ser considerado como um fenômeno recorrente. Devido ao fato de adquirir dimensões ocultas, muitos ignoram ou não acreditam na sua existência, mas ele é o grande responsável por casos de discriminação, preconceito e segregação, bem como por criar estereótipo que afasta e distancia os seres humanos em diferentes cenários da sua convivência social. No que diz respeito à educação, faz-se necessário investigar as principais expressões raciais presentes no meio escolar, e de que forma os professores, mais especificamente os profissionais da geografia, estão se posicionando em busca de amenizar o problema.

O reflexo do racismo pode ser observado na distribuição dos recursos, que são elementos estruturantes da desigualdade social no Brasil, e o peso de seus efeitos é reafirmado por meio da evidenciação estatística de sua magnitude. Além disso, a persistência da diferenciação racial no acesso a serviços públicos é enorme, inclusive no contexto educacional (IPEA, 2003, p.13). Desse modo, não é possível ignorar a questão do racismo dentro e fora do ambiente escolar, já que a educação é a base da formação dos cidadãos.

A geografia, sendo uma ciência crítica, quer ser um meio de valorização do indivíduo nas suas diversas manifestações culturais e sociais, portanto, através desta pesquisa, espera-se compreender como os professores de Geografia têm se posicionado frente a presença do racismo no espaço escolar, levando em consideração um levantamento do processo histórico da discriminação racial na educação brasileira após a implantação da lei 10.639/2003.

Ao logo do desenvolvimento deste trabalho, percebe-se que o tema possui grande relevância social, assim sendo, não poderia mais ficar no anonimato. Portanto, este trabalho propõe abrir discussões a respeito da temática, visando um melhor direcionamento acerca de como reagir frente ao problema do ‘racismo na escola e na sociedade’.

Estabelecer um diálogo entre questões polêmicas da sociedade nem sempre é uma tarefa fácil, porém alguns temas são de extrema relevância para a pauta da educação. A presença do racismo, do preconceito, isto é, da discriminação étnico-racial nas escolas brasileiras, é uma afronta às leis vigentes e remete à reflexão sobre como repensar as políticas pedagógicas públicas no país, principalmente no que diz respeito ao currículo escolar.

Não se pode dizer que o racismo acontece apenas na escola, mas sabe-se que o ambiente escolar é um espaço onde ele também se desenvolve, podendo se multiplicar de forma intensa, afinal, se esse problema não sofrer intervenções imediatas, tornar-se-á cada vez maior, tanto dentro quanto fora da escola. Dessa forma, acredita-se que o professor tem um relevante papel nesse cenário, já que é um agente social de grande importância no processo de transformação de pessoas, portanto, através de sua prática pedagógica e da formação do cidadão é possível modificar essa realidade, somando forças na luta contra o sentimento racista.

Nesse sentido, esse trabalho corresponde a uma breve análise, cujo intuito é analisar novas formas de enfrentamento ao racismo na sociedade, tendo como base o próprio ambiente escolar. Para tanto, parte de uma reflexão inicial que visa identificar, compreender e analisar essas representações racistas, a partir da forma como são percebidas e efetivadas na escola.

Sendo assim, a pesquisa sobre esta temática se justifica pela necessidade de entender as formas e expressões racistas na percepção de alunos e professores, pois acredita-se que somente a partir do entendimento dessas relações é possível repensar efetivamente sobre como a prática docente poderá desmistificar ideias e ações produzidas pelos alunos nesse contexto.

Sobre a evolução das discussões envolvendo questões raciais e sua aplicabilidade, Cavalleiro (2001, p.142) assevera que: “nessa longa estrada, muito avançamos no entendimento de como a discriminação e o preconceito raciais operam nas escolas. Muito falamos, mas pouco mudamos o quadro social”. Pensando assim, acredita-se que esse trabalho propiciará condições para identificar algumas razões do problema, a fim de analisar possíveis ações com vistas a amenizá-lo.

As constantes manifestações de racismo no ambiente escolar ainda são expressivas mesmo após a promulgação da Lei 10.639/2003. Tendo como base essa intrigante realidade, pode-se questionar: como o professor de geografia pode combater o racismo que tanto agride e fere os direitos humanos no ambiente escolar?

Para fins de execução deste trabalho, fez-se uso de uma metodologia bem explícita, cujos métodos foram minuciosamente selecionados, visando contemplar a pesquisa, afinal, segundo Gil (1999, p. 42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Portanto, esta pesquisa se caracteriza como exploratória bibliográfica, através da qual será possível analisar e discutir as peculiaridades do problema, a fim de compreendê-lo de forma coerente e comprometida com o rigor científico. Além disso, a pesquisa também será qualitativa, pois o que se pretende é compreender a totalidade do processo, e de acordo Ludke (1986, p.13) a pesquisa qualitativa: “[...] envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto em retratar a perspectiva dos participantes”.

## O TRATO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A história da educação brasileira em nosso país já nasceu marcada por segregação racial, já que as relações étnico-raciais são extremamente conflituosas, fruto de sua formação



sociocultural, que infelizmente prefere negar suas origens e a sua ancestralidade, assim como afirma Gomes (2001):

[...] no Brasil, o racismo e a discriminação racial que incidem sobre os habitantes negros ocorrem não somente em decorrência dos aspectos culturais presentes em suas vidas, mas pela conjugação entre esses aspectos (vistos de maneira negativa) e pela existência de sinais diacríticos que remetem esse grupo a uma ancestralidade negra e africana. (GOMES, 2001, p.84)

Os casos de negligência no trato das relações étnico-raciais no Brasil são numerosos, portanto, para resolver esse problema que impede o desenvolvimento sociocultural do país, foram criadas algumas leis, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) e a Lei 10.639/2003 que altera a anterior, instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Assim, todos os estabelecimentos de ensino brasileiro, tanto da rede pública quanto da rede privada, são obrigados a implantar essa mudança em seus currículos, incluindo o estudo da história e cultura afro-brasileira. Além disso, vale ressaltar a Lei 12.519/2011, que institui a data de 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra, escolhido por ser o dia da morte de Zumbi de Palmares, o que caracteriza mais um avanço na luta contra o preconceito racial.

Há uma expectativa em torno da mudança de postura dos indivíduos com relação ao trato das desigualdades étnico-raciais, e nesse contexto a postura e o papel do professor são extremamente relevantes, pois trata-se de um forte aliado na formação de cidadãos livres de qualquer sentimento de racismo, o que pode ser confirmado por Cavalleiro (2001, p.141): “tenho encontrado muitos educadores negros e não-negros compromissados com a eliminação do racismo e outras discriminações no ambiente escolar, tornando a escola um espaço de desenvolvimento e satisfação para todos os que lá estão presentes”.

Ao discutir sobre essa problemática em questão, é importante também realizar uma reflexão acerca de suas particularidades, buscando reconhecer e enfrentar as antigas e as novas expressões de racismo, preconceito e discriminação no espaço escolar e consequentemente na sociedade. Sobre esse aspecto, Sant’Ana (2005, p.38) afirma que:

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata por meio da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo extra para o branco colonizador e opressor.

O racismo, portanto, é uma ideologia elaborada, fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre América, Ásia e África. Na Grécia Antiga, por exemplo, tinha-se como certo e definitivo que todos aqueles não pertencentes a sua raça eram classificados como bárbaros. Esse pensamento mesquinho e discriminatório foi usado no século XV para justificar a escravidão de indígenas e dos negros, mas só adquire status de teoria após a revolução industrial europeia (que pregava a ideia de uma civilização ideal, a luta contra o paganismo e a selvageria de povos denominados por sendo bárbaros), sendo motivo para justificar os estupros, assassinatos em massa, muita dor e sofrimento em milhões de pessoas.

O racismo vem sendo uma prática diária e muito difundida, que se faz presente nas escolas brasileiras através de uma ideologia de inferiorização do negro, fortalecendo-se por meio do livro didático e muitas vezes pelo professor, sob as formas de estereótipos e preconceitos do tipo: o negro é burro, feio, porco, pobre, grande ladrão; enquanto o branco é tido como amigo, simpático, estudioso, bonito, rico (qualidades impostas sem serem verdadeiras). Cabe aqui lembrar que ‘todos nós somos iguais, em direito e deveres’, assim como diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Para Adorno (2009, p.35), o “[...] ensino deve ser uma arma de resistência à indústria cultural na medida em que contribui para a formação da consciência crítica e permite que o

indivíduo desvende as contradições da coletividade”. O autor também defende um processo educacional capaz de criar e manter uma sociedade baseada na dignidade e no respeito às diferenças, portanto, os livros e os agentes da educação devem ensinar e contribuir para a formação consciente contra qualquer tipo de discriminação.

É sabido que esse movimento se intensificou ao longo dos anos, principalmente durante o processo de globalização e capitalismo mundial. Frigotto (2003, p.32), afirma esse pensamento ao dizer que:

O caráter subordinado das práticas educativas aos interesses do capital historicamente toma formas e conteúdos diversos, no capitalismo nascente, no capitalismo monopolista, e no capitalismo transnacional ou na economia globalizada.

Diante dessa triste realidade de negação à cultura afro-brasileira e indígena no Brasil, a relação dos diversos grupos étnico-raciais no espaço escolar é conflituosa, tendo em vista o fato de que as pessoas estão cheias de valores e contravalores, além de ideologias, estereótipos e práticas discriminatórias, mesmo sabendo que estão infringindo a lei ao desrespeitar seus semelhantes.

A mudança de postura frente às práticas raciais contra os diversos grupos étnicos deve começar tanto em casa quanto na escola, pois muito se fala ao longo dos anos mas efetivamente pouco se faz, no entanto, é preciso focalizar ações para o combate das discriminações e lutar pela implantação de uma escola antirracista, não só por força de um cumprimento da lei, mas principalmente visando uma sociedade que almeja atingir o maior nível de desenvolvimento social e cultural.

Acredita-se que através do ensino da Geografia é possível reverter esse quadro de desumanidade, afinal, para Cavalcanti (1988, p.11): “O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social na medida em que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais.” Portanto, o ser humano não pode abster-se dos conhecimentos geográficos, pois eles são primordiais para a sua formação, principalmente no trato das questões raciais.

A geografia é uma ciência social, juntamente com a sociologia, história, filosofia e outras ciências do conhecimento humano, possuindo um importante papel de construção social e consolidação da identidade cultural. Como a geografia lida com diferentes povos, culturas e lugares diversos, isso requer do professor um trabalho especial e direcionado.



De forma interdisciplinar, o professor de geografia pode apresentar e conscientizar os alunos sobre essa diversidade cultural. Considerando que o país está repleto de valores étnicos, que estão presentes desde suas raízes históricas, isso requer do professor uma abordagem diferenciada e voltada para a interdisciplinaridade, cujo intuito é mostrar aos estudantes a diversidade cultural em diferentes escalas, desde à escola até os fenômenos mundiais.

Por ser um país multicultural, o Brasil é formado por vários dialetos, tradições, crenças, costumes, cores, sabores e alimentos, fato esse que desencadeia uma importante discussão acerca das diferenças sociais como ponte para a construção de valores morais, principalmente o respeito. Sendo assim, a temática envolvendo as relações étnicas e raciais pode ser abordada na explanação de conteúdos como: população, urbanização, continente, região, território, além de outros.

É importante lembrar que essas ações beneficiarão toda a comunidade escolar, uma vez que os assuntos acima citados devem sempre estar na pauta de debates que levem à conscientização sobre as diferenças, reforçando que nada justifica qualquer forma de discriminação e preconceito racial, seja na escola, na rua ou em outros lugares da sociedade.

“A geografia que queremos ensinar é aquela que nos permite melhor compreender o mundo, mas para isto precisamos conhecer esse mundo, ter acesso às informações e saber organizá-las num contexto maior (CALLAI, 1999, p.193)”. Essa nova visão da Geografia deve ser trabalhada dentro da sala de aula, já que o professor tem a missão de levar os conteúdos para os seus alunos de forma que os estimule a pensar criticamente a respeito de sua realidade social.

[...] O ensino da geografia deve priorizar a análise do espaço vivido e as práticas do espaço percebido, transpondo-as para as representações do espaço-temporal, assim como suas questões socioespaciais. O ensino da geografia deve oportunizar situações em que o aluno teorize e textualize as suas significações. (CASTROGIOVANNI, 1999, p.83)

A partir do exposto acima, observa-se que a aprendizagem se torna significativa quando efetivamente parte da vivência do aluno. Assim, no que diz respeito à temática em discussão, pode-se afirmar que o contato com as diversas manifestações raciais é o primeiro passo em busca de trilhar caminhos para reverter esse cenário de desrespeito, pois quando o professor coloca o educando frente ao problema, ele será capaz de emitir opiniões e tomar atitudes frente às situações com as quais se deparar.

Freire (1987, p.78) já dizia que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” Nesse sentido, os educadores devem ter uma postura crítica diante das expressões que ferem os direitos fundamentais da humanidade (igualdade, fraternidade e liberdade), e mesmo que a transformação da sociedade não seja uma tarefa apenas dele ou da escola, espera-se que o espaço escolar, juntamente com seu principal agente de opiniões, contribua para tais mudanças.

Imbernóm (2001, p.49) afirma que: “[...] as concepções de cada professor, professora e da equipe como um todo devem ser questionadas permanentemente”. A partir da legislação específica, não só os educadores, mas também os educandos, tem a possibilidade de enxergar a educação como meio caminho para a construção do respeito mútuo. Por sua vez, a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças etc., presentes na vida da escola para depois repensar o currículo e os conteúdos escolares.

Verificamos, assim, uma ação pedagógica múltipla na sociedade, em que o pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o âmbito escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal, criando formas de educação paralela, desfazendo praticamente todos os nós que separavam escola e sociedade (LIBÂNIO, 2015, p.5).

Portanto, a educação deve promover o reconhecimento e o repúdio de práticas preconceituosas não somente no espaço escolar, mas também na sociedade, já que são vários os exemplos de situações onde isso ocorre, como é o caso de novelas e anúncios de propaganda comerciais que passam mensagem de desrespeito a certos grupos étnicos, sendo que o público mais atingido é o negro e o indígena. No Brasil, o racismo é um caso difícil de lidar, pois ele se afirma por meio da sua negação, tendo por base as teorias raciais, as quais atestam a inferioridade das pessoas negras e mestiças.

A teoria do branqueamento, por exemplo, se alimenta e termina por legitimar o racismo, já que existem aqueles que fazem de tudo para desrespeitar o que está em lei, mesmo assim a legislação não pode perder a sua força, pois é através dela que os educadores, devidamente preparados, terão uma maior possibilidade de conseguir reverter essa triste realidade. A educação, através do diálogo entre as várias culturas e visões de mundo, propiciará aos indivíduos a oportunidade de encontrar, conhecer e se aproximar da riqueza das diversas manifestações étnico-culturais.



Fazendo uma retrospectiva da história do “descobrimento” do Brasil, observa-se um cenário de despeito às classes e raças, a começar pela colonização dos índios através da catequese forçada pelos jesuítas e também na utilização dos escravos e dos imigrantes, fatos que marcaram a construção desigual da sociedade. Além disso, outro aspecto diz respeito à trajetória educacional brasileira, tendo em vista o fato de que a mesma foi elitizada, pois somente os filhos das pessoas da elite e com altas condições aquisitivas tinham acesso à educação.

Esse contexto foi sofrendo alterações ao longo do tempo, e após muitas mudanças o ensino passa a ser ofertado na rede pública, mesmo ainda existindo uma desigualdade no que diz respeito aos saberes considerados. Com isso, o preconceito continua presente no ensino, já que há várias peculiaridades a serem observadas na sala de aula e conviver com as diferenças nem sempre é algo fácil ou aceito por todos.

Ensinar é transmitir o que você sabe a quem quer saber. Portanto, é dividir sua sabedoria, mas é uma gostosa divisão que não segue as leis matemáticas, porque ao invés de você diminuir o que tem, você acaba ganhando o que nem lhe pertencia. Assim, ensinar faz o mestre atualizar seus próprios conhecimentos, ampliando sua sabedoria, tendo em vista o fato de que:

A profissão exerce outras funções: motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais, com a comunidade... E é claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente. (IMBERNÓN, 2001, p.14)

Os principais problemas enfrentados na escola (reflexos da sociedade em si) são o racismo e o bullying, ou seja, a rejeição de pessoas tidas como “diferentes”. Conforme Guimarães (1999),

o racismo brasileiro atravessou, grosso modo, duas grandes fases: a discriminação racial aberta, mas informal, secundada pela discriminação de classe e de sexo, que gerava segregação, de fato, em espaços públicos e privados (praças, ruas, clubes sociais, bares e restaurantes, etc.); e a fase atual, em que com a discriminação e a segregação raciais sob mira, apenas os mecanismos de mercado (discriminação de indivíduos e não de grupos) ou psicológicos de inferiorização características individuais (autodiscriminação) permitem a reprodução das desigualdades raciais (GUIMARÃES, 1999, p. 210).

O racismo e o preconceito sempre estiveram presentes na nossa sociedade, mesmo que de uma forma velada, e hoje muitas atitudes, crenças, valores construídos dentro das famílias ou dos círculos sociais continuam demonstrando o preconceito. No ensino não é diferente, por isso, enfrentar a questão racial no Brasil, inclusive no meio escolar, não é uma tarefa fácil, Azevedo (1990) discute que no mundo atual observam-se formas variadas de racismos, as quais vão desde sua institucionalização, por força da lei, até as representações mais sutis, carregadas de novos disfarces.

É importante não esquecer como esse preconceito pode levar a casos de violência ou até mesmo de morte. Sendo assim, esse é um problema que deve ser evitado em sala de aula, visto que com o auxílio da comunidade escolar (família, professores, funcionários, amigos, entre outros) as ações serão repensadas e os problemas enfrentados. Em uma pesquisa realizada pelo FIPE, fica evidente que,

[...] o preconceito e a discriminação muitas vezes resultam em situações em que pessoas são humilhadas, agredidas e acusadas injustamente simplesmente pelo fato de fazerem parte de algum grupo social específico. Nota-se que estas práticas discriminatórias têm como principais vítimas os alunos, especialmente negros, pobres e homossexuais, com médias de 19%, 18% e 17% respectivamente para o índice percentual de conhecimento de situações de *bullying* nas escolas entre os respondentes da pesquisa. (p.2)

A pesquisa citada caracteriza-se como pioneira nesse campo, e visa analisar o preconceito e discriminação nas escolas públicas, de forma a descrever um quadro consolidado que sirva de linha de base para a avaliação de ações globais no campo da promoção da diversidade. Valente (2007, p. 252)) discute sobre as políticas e a educação, abordando que “a passagem da educação intercultural à educação para a cidadania exige reflexões que ultrapassam os campos da antropologia e da educação, ocupando o espaço de discussões jurídicas e das teorias do Estado”.

Ratificando que a educação implantada pelo modelo capitalista visa apenas à formação de indivíduos para o mercado de trabalho, não lhe importa se os mesmos estão satisfeitos e preparados para o cargo, como afirma Chauí (1982, p.70) “além de reprodutora de ideologia e das relações de classe, está destinada a criar em pouco tempo, a baixo custo e em baixo nível, um exército alfabetizado e letrado de reserva”, os educadores infelizmente, se submetem ao que lhe é imposto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A escola exerce um papel fundamental, cuja função está diretamente ligada na formação intelectual e social dos cidadãos. Além de ser um ambiente para tecer o debates culturais e ético-raciais, a fim de provocar mudanças que por consequência irão refletir na cultura do povo, no cotidiano e nas atitudes diárias da sociedade. O preconceito está presente em nossa sociedade em nossas escolas, sendo a escola o maior local de socialização, o preconceito acontece de forma velada, mais dolorosa. Isso não é de hoje, é comum encontrar notícias nos jornais falando sobre *bullying* ou outras formas de preconceito, e isso, além de afetar o psicológico do estudante, afeta seu desempenho escolar.

O racismo não desapareceu com o processo dos povos. No mundo atual, observam-se formas variadas de racismos, que vão desde sua institucionalização, por força da lei, até as formas mais sutis de novos disfarces. É importante não esquecer que esse preconceito pode levar a casos de violência ou até a morte, por isso faz-se necessário saber lidar com esse tema na sala de aula, promovendo debates e reflexões visando a construção de posicionamento críticos, pois todos são iguais pela genética, sendo resultado da sociedade do meio em que vive e das condições geográficas a qual são subordinados.

Infelizmente os profissionais da educação, os professores de geografia, pouco tem feito para solucionar o racismo, porém observa-se a existência de algumas ações, feita por esses profissionais para amenizar o preconceito e o racismo étnico-raciais. Em suas aulas os professores leem textos críticos-reflexivos, propõe peças teatrais, argumentam as leis que esclarecem os direitos e deveres dos cidadãos na sociedade, debates, roda de conversa, palestras, etc. No entanto, mais ações são necessárias, inclusive punitivas, para os mentores dos atos raciais, só assim, a longo prazo se alcançará uma pluralidade de ideias e concepções afirmativas no trato das questões étnico-raciais, dentro e fora dos espaços escolares.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Eliane. **Raça: Conceito e preconceito**. São Paulo, Ática. 1990. ISBN 8508018789.

ADORNO, Theodor. **Educação para o pensar autônomo**. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/educacao-para-pensar->



[autonomo-theodor-adorno-escola-frankfurt-teoria-critica-formacao-humanistica-511236.shtml?page=1.>Acesso](#) em 24 de janeiro de 2015, às 15:58 mim.

BRASIL. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Lei 10.639**, 09 de janeiro de 2003. Obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana.

CALLAI, Helena Copetti. **O ensino de geografia:** Recortes espaciais para análise.in:CATROGIOVANI, Antônio Carlos (org.).**Geografia em Sala de Aula:** práticas e reflexões.2 Ed.Porto Alegre:Editora da Universidade UFRGS,1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). **Geografia em sala de aula:** práticas e reflexões. 2 Ed.Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS,1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção.** 10ª ed. Editora:Papirus,1998.

CAVALLEIRO, Eliane (Org.). Racismo e Anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

CHAUÍ, M. S.**O que é ser educador hoje.** Da Arte a Ciência. A morte do educador. In: BRADÃO, Carlos Rodrigues (org.). O Educador: vida e morte. 12.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em:  
<[http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf).>**Acesso em:25**  
de janeiro de 2015, às 14:42 min.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINEP. **Produto 7: Relatório Analítico Final.** MAZZON, José Afonso (Coor.). Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual. São Paulo: Maio de 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>> acesso em dezembro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Atlas: São Paulo, 1999.

GOMES, Nilma Lino. Educação Cidadã, Etnia e Raça: O Trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliana (Orgs.). Racismo e anti-racismo na educação: Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo. EDUSP e Editora 34, 1999.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: Formar-se para a mudança e a incerteza. 2ª ed. São Paulo, Cortez: 2001.

IPEA, In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Orgs.). **Igualdade racial no Brasil**: Reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. Disponível em: <[http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos\\_17/libaneo.pdf](http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf)>. Acessado em 25 de Janeiro de 2015, às 10.27 min.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2ª Ed.rev. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

VALENTE, Ana Lúcia. **Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativas**. In: FAVERO, Osmar & IRELAND, Timothy Denis (Orgs.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANDEd, 2007. ISBN: 978856073134 4.